



11ª Assembleia Plenária
Integração da sustentabilidade
25 a 27 de setembro de 2014 – Santiago do Chile

Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares: *Atendimento médico da mulher*

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS SOBRE A SAÚDE DA MULHER NAS AMÉRICAS

Considerando

Que a Assembleia Geral das Nações Unidas, através da sua Resolução 65/234, decidiu estender a data limite para a implementação do Programa de Ação da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD), além de 2014,

Que o Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento adotado na Primeira Reunião da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e do Caribe, representa a agenda regional referente a este tema e a sua implementação, junto com o Programa de Ação da CIPD, é fundamental para o avanço em matéria de saúde e direitos das mulheres,

Que apesar dos progressos no cumprimento dos objetivos e das metas do Programa de Ação da CIPD, existem desafios importantes para a sua total implementação e que muitos deles estão relacionados com as inequidades persistentes na região,

Que a violência baseada em gênero é um problema persistente na região, que tem sérias implicações no exercício dos direitos humanos, da saúde individual e coletiva e do desenvolvimento de homens e mulheres que a sofrem,

Que os desafios para conseguir o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva continuam sendo graves, especialmente em matéria de gravidez na adolescência, mortalidade materna, aborto inseguro e demanda insatisfeita de anticoncepcionais, incluindo os anticoncepcionais orais de emergência,

Que as estatísticas médias costumam ocultar a realidade de grupos específicos, nos quais estas problemáticas são ainda mais graves, como são os adolescentes e jovens, as populações que enfrentam condições de vulnerabilidade,

Que os investimentos em prevenção e educação em matéria de saúde sexual e reprodutiva são altamente rentáveis tanto econômica como socialmente,

Que os direitos sexuais e reprodutivos são parte integral dos direitos humanos e que o seu exercício é essencial para a saúde e para o desenvolvimento,

Preocupados com a criminalização das mulheres em matéria de aborto, e com o número de mulheres encarceradas por esta razão na nossa região,

Nos comprometemos a:

1. Contribuir para o estabelecimento de políticas educativas integrais em matéria de gênero e sexualidade no ensino público e privado, em todos os níveis educativos.
2. Promover uma agenda de desenvolvimento sustentável que inclua a saúde da mulher e a igualdade de gênero.
3. Legislar em matéria de violência, incluindo e tipificando como delito, a violência obstétrica, a violência sexual e a violência política.
4. Facilitar o acesso a redes de proteção e apoio para as mulheres com gestações de risco com equipes multidisciplinares, médicos, psicólogos e assistentes sociais, com o objetivo de proporcionar-lhes ferramentas para enfrentar a sua maternidade.
5. Reconhecer que o poder legislativo deve tomar consciência do impacto do seu trabalho sobre a saúde das mulheres.
6. Abrir o diálogo para analisar o marco legal sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos.
7. Designar recursos orçamentais para que se aumente o acesso a serviços públicos e para fortalecer as políticas de prevenção em matéria de saúde sexual e reprodutiva para os jovens adolescentes.

Santiago do Chile, 27 de setembro de 2014